



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
CNPJ: 06.138.366/0001-08



Dispensa de Licitação Nº 008/2023

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificados digitais A1, E- CPF e E - CNPJ, sem token com validade de 1 ano, visando atender às necessidades do município de Presidente Dutra - MA.

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

O presente caso refere-se à contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificados digitais A1, E- CPF e E - CNPJ, sem token com validade de 1 ano, visando atender às necessidades do município de Presidente Dutra - MA, enquadrando-se perfeitamente numa das situações previstas pela legislação enfocada, relativamente à dispensa de licitação:

Art. 24. É dispensável a licitação:

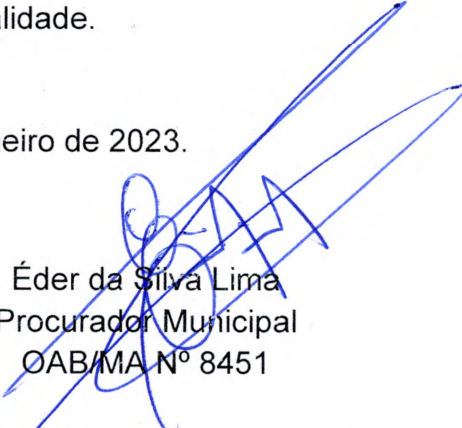
II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)"

Por conseguinte, a contratação é de fundamental importância a secretaria solicitante, de acordo com justificativa já acostada aos autos.

Sendo assim, se assim desejar, pode a Administração Pública Municipal fazer dispensar a licitação, contratando diretamente com a empresa **P R DOS SANTOS JUNIOR – ME CNPJ Nº 14.959.247/0001-44**. Como se percebe, o nosso direito é cristalino quanto à dispensa de licitação no caso em estudo. Daí é forçoso dizer que a Administração pode perfeitamente proceder à contratação nos moldes ora apresentados, por absoluta legalidade.

É o nosso parecer.

Presidente Dutra- MA, 17 de janeiro de 2023.


Éder da Silva Lima
Procurador Municipal
OAB/MA Nº 8451